



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Este Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

Desta forma, o presente ETP analisará as opções e soluções tecnológicas, bem como apresentar os elementos essenciais que servirão de base para compor o Termo de Referência.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

(art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

Em 2008, foi elaborada pela Receita Federal do Brasil a Instrução Normativa nº 884 — IN 884/2008, de 5 de novembro, que dispõe sobre a celebração de convênio entre a RFB, em nome da União, o Distrito Federal e os municípios, para a delegação das atribuições de fiscalização, inclusive o lançamento de créditos tributários e a cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR).

Essa Normativa apresenta uma alternativa para que o município, por meio da utilização de tecnologias da informação e da qualificação de pessoal, possa criar políticas públicas voltadas ao monitoramento, planejamento e controle da área rural.

Para que o procedimento de lançamento e fiscalização do imposto seja eficiente, houve a elaboração de laudo especializado, indicando o valor da terra nua em todo o território do município, de modo que a administração municipal possa fundamentar seus atos e minimizar a invalidação dos lançamentos efetuados.

No entanto, não basta que o município possua o laudo atualizado. Faz-se necessária a contratação de assessoria especializada para a implementação de políticas de gestão e fiscalização do Imposto Territorial Rural (ITR).



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

A fundamentação legal para essa contratação encontra-se no art. 153, § 4º, inciso III, da Constituição Federal de 1988, que dispõe que “o Imposto sobre a Propriedade Rural (ITR) será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da Lei, desde que isso não implique em redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal”.

Além disso, de acordo com o inciso II do art. 158 da mesma Constituição Federal, pertencem aos municípios 50% do produto da arrecadação do ITR, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo-lhes a totalidade dessa arrecadação na hipótese da opção referida no art. 153, § 4º, inciso III.

De acordo com a legislação mencionada, ao firmar o convênio do ITR com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), o ente federativo passa a integrar o trabalho de fiscalização e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e, dessa forma, receberá 100% do imposto arrecadado na localidade.

Diante disso, após a adesão ao convênio, torna-se necessário o cumprimento integral das obrigações previstas no acordo celebrado com a Receita Federal, sob pena de denúncia unilateral do convênio por parte da União e, conseqüentemente, a perda da arrecadação para o município.

Ao firmar o convênio em 31/07/2019, o município de Dois Vizinhos/PR passou a receber 100% do valor arrecadado e assume as seguintes obrigações:

I — Dispor de estrutura adequada em tecnologia da informação, suficiente para acessar os sistemas da RFB, contemplando equipamentos, redes de comunicação e servidores capacitados;

II — Prestar atendimento aos sujeitos passivos, decorrente das ações e procedimentos fiscais por ele efetuados;

III — Expedir notificação de lançamento, intimação, avisos e outros documentos, em conformidade com modelos aprovados pela RFB;

IV — Arcar com os custos de: treinamento de seus servidores; e expedição de notificação de lançamento, intimação, avisos e demais documentos;

V — Elaborar, em conjunto com a unidade da RFB de sua jurisdição, cronograma de expedição de avisos de cobrança;

VI — Informar à Superintendência da Receita Federal do Brasil (SRRF) de sua



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

jurisdição, de acordo com critérios e prazos estabelecidos pela RFB, os valores de terra nua por hectare (VTN/ha), para fins de atualização do Sistema de Preços de Terras (SIPT) da RFB;

VII — Guardar em boa ordem as informações, processos e demais documentos referentes aos procedimentos fiscais em andamento, bem como aos concluídos nos últimos seis (6) anos.

Tendo em vista a dimensão das terras rurais e as dificuldades de acesso, é necessário um rigoroso controle sobre as propriedades rurais e sobre as informações declaradas pelos contribuintes. Com isso, o município poderá aumentar o valor arrecadado do tributo e cumprir as obrigações do convênio celebrado com a Receita Federal. A otimização do controle do ITR é crucial para assegurar uma arrecadação tributária justa e condizente com a realidade econômica dos imóveis rurais. A ausência de um sistema robusto compromete a capacidade do município de Dois Vizinhos – PR em obter receitas necessárias para investimentos em infraestrutura, educação, saúde e demais serviços públicos. Além disso, a correção e a atualização periódica das informações geográficas são essenciais para o planejamento territorial e o desenvolvimento sustentável do município. A cobrança do imposto varia conforme o tamanho da propriedade e seu grau de utilização. Quanto maior a terra, maior o imposto a ser pago. Quanto mais utilizada com atividades de agricultura ou pecuária, por exemplo: menor o imposto. Da arrecadação, uma parte do dinheiro fica com o governo federal e entra no Orçamento da União, a outra parte vai para as prefeituras dos municípios onde as propriedades rurais estão localizadas.

A atuação do fisco municipal, realizando as fiscalizações, é o que eleva a arrecadação. Um dos objetivos principais é tornar a arrecadação justa, cobrando o que é correto e devido. A implementação de melhorias tecnológicas permitirá maior eficiência na gestão das informações, redução de erros e agilidade nos processos de tributação. A integração de soluções tecnológicas avançadas e a aplicação de técnicas de georreferenciamento são essenciais para a obtenção de dados geográficos precisos, bem como para o levantamento confiável do VTN. Essas soluções possibilitarão uma análise mais detalhada e justa da realidade dos imóveis rurais, contribuindo para uma tributação mais equitativa.



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

Quando cobrado apropriadamente, o ITR estimula a produção, o que resulta em uma maior arrecadação do ICMS por parte da prefeitura. Desta forma, o ITR deve ser visto não somente como um fim, mas também como um meio para garantir a melhor utilização das propriedades rurais.

Independentemente de uma possível revisão no cálculo do imposto, é importante ressaltar a relevância da fiscalização para a arrecadação do ITR. O município, ao assumir essa responsabilidade, além de garantir 100% dos recursos do ITR, também tem a oportunidade de fiscalizar de perto a conformidade das declarações dos contribuintes com a lei e aumentar os valores arrecadados.

Além disso, a intenção é que o trabalho seja realizado não apenas com foco na arrecadação, mas também na orientação ao proprietário rural, para que ele possa realizar a declaração do ITR de forma compatível com a realidade do imóvel. Para isso, o município deverá cumprir as obrigações especificadas acima com eficiência e responsabilidade.

2. NECESSIDADES DE NEGÓCIO

A presente contratação tem como objetivo atender à necessidade da administração pública municipal de aprimorar os processos de gestão do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), visando superar ineficiências operacionais, mitigar riscos de falhas manuais e promover o aumento da arrecadação tributária por meio da automação e integração de processos.

Atualmente, os procedimentos relacionados ao ITR como recepção de declarações, validação de dados, controle de prazos, emissão de notificações e geração de relatórios são realizados de forma fragmentada, com grande dependência de processos manuais e recursos humanos. Essa situação acarreta baixa produtividade, limita a capacidade de fiscalização, aumenta o risco de inconsistências nas informações e dificulta o planejamento tributário e a tomada de decisão.

Além disso, a ausência de um sistema informatizado limita a capacidade do município de cumprir adequadamente seu convênio com a Receita Federal do Brasil (RFB), especialmente no que se refere à recepção e análise de dados



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

enviados pelos contribuintes e ao envio de informações auditadas à RFB.

Dessa forma, a **necessidade de negócio** consiste em **estruturar uma solução que proporcione maior controle, confiabilidade, celeridade e transparência na gestão do ITR**, permitindo ao município:

- Cumprir de forma eficiente as obrigações previstas no convênio com a Receita Federal;
- Aumentar a capacidade de fiscalização e arrecadação;
- Reduzir retrabalho e erros operacionais;
- Modernizar o atendimento ao contribuinte e o acesso às informações;
- Apoiar a tomada de decisões por meio de relatórios gerenciais e indicadores de desempenho.

A contratação da solução tecnológica é, portanto, uma resposta estratégica a uma necessidade institucional premente **a transformação digital da gestão tributária rural**, com impacto direto na eficiência fiscal, na qualidade dos serviços prestados ao cidadão e no incremento da receita pública.

3. NECESSIDADES TECNOLÓGICA

A solução tecnológica a ser contratada deve atender aos seguintes requisitos técnicos e funcionais mínimos:

Funcionalidade essenciais:

1 - Sistema para cadastro de imóveis rurais:

- a) Sistema desenvolvido e com acesso online, através de cadastramento de senha pessoal e intransferível para o fiscal responsável;
- b) Cadastramento de propriedades rurais com a possibilidade de importação de CAFIR – Cadastro de Imóveis Rurais;
- c) O Cadastramento deverá ser realizado com base no CIB – Cadastro Imobiliário Brasileiro inscritos na Receita Federal.
- d) Cadastramento de imóveis rurais, com inserção do polígono definidor de seus limites.
- e) Cadastramento de polígono de representação da propriedade possibilitando a geração de cálculo de valor de terra nua;



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

f) Quanto a geração dos polígonos referente as propriedades rurais deverão observar as seguintes situações: conectividade das linhas, fechamento dos polígonos.

g) o sistema deverá conter o mapa de aptidão agrícola do município gerado através de um levantamento com base nas informações geográficas dos municípios.

h) deverá haver a limitação das divisas municipais;

i) opção de incluir o ponto sede da propriedade e geração de coordenada geográfica do ponto.

j) O cálculo de valor de terra nua deverá estar com base na Instrução Normativa 1877/2019, contendo o percentual e quantidade de área (em hectares) de cada tipo de aptidão agrícola: Lavoura de aptidão boa, lavoura de aptidão restrita, lavoura de aptidão regular, pastagem plantada, pastagem natural e silvicultura e ainda preservação de fauna e flora.

k) O sistema deverá gerar laudos com referência a data que incide o imposto: 1º de janeiro do ano e possibilitar a emissão dos laudos durante o tempo em que o contrato estiver vigente.

l) Geração de arquivo em PDF com o atestado de valor de terra nua de cada propriedade;

m) Deverá ser possível incluir no cadastro: número de CCIR, CAR, matrícula dos imóveis e diferentes proprietários;

n) Geração de arquivos em PDF ou EXCEL para emissão de relatórios de propriedades rurais cadastradas no sistema;

o) Geração de relatórios por proprietários e número de propriedades;

p) Visualização de mapa do município com as propriedades cadastradas.

q) Visualização de estatísticas de quantidade de propriedades e número de proprietários que possuem endereço de correspondência diferente do município de propriedade.

r) Deve ser possível verificar no mapa da propriedade após o desenho do polígono todas as aptidões agrícolas existentes.

2- Controle dos procedimentos fiscais.

a) Tendo em vista que o Portal ITR, possui limitações para o controle dos



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

procedimentos fiscais, é necessário que a Prefeitura possa ter um sistema que facilite o controle e emissão de documentos para a fiscalização efetiva.

b) Inclusão de informações de procedimentos fiscais, como número do NIRF, nome do imóvel, ano do procedimento fiscal, e parâmetro de fiscalização.

c) Controle e rastreio de A.R (Aviso de recebimento) dos correios;

d) Calculadora para ajuste de rebanho com base no índice de ocupação da IN 256/02;

e) Emissão de Termo de Juntada de Aviso de Recebimento- AR para cada etapa de procedimento fiscal;

f) Emissão de encaminhamento de processos (com e sem impugnação) à Receita Federal do Brasil, conforme Norma de Execução Cofis nº 2, de 5 de julho de 2013;

g) Alertas para o controle de prazos dos procedimentos fiscais;

h) Emissão de A.R digital.

i) O sistema deverá possuir verificação de etapa do procedimento fiscal, e alterar de forma automática quando houver recebimento do A.R – Aviso de Recebimento postal.

3 - Requisitos técnicos:

a) Plataforma web responsiva, acessível por navegadores modernos e dispositivos móveis;

b) Hospedagem em ambiente seguro, com alta disponibilidade e backup automático;

c) Estrutura em nuvem (SaaS) ou instalada localmente, conforme modelo de contratação;

d) Mecanismos de autenticação com controle de perfis de acesso (administração, fiscalização, contribuinte).

4- Requisitos de segurança e conformidade:

a) Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

b) Criptografia de dados sensíveis;

c) Registro e rastreamento de ações dos usuários (logs de auditoria);

d) Certificações ou garantias de segurança cibernética conforme melhores práticas da área pública.



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

5 - Requisitos de suporte e manutenção:

- a) Suporte técnico especializado durante o período de vigência contratual;
- b) Atualizações periódicas do sistema sem impacto nos dados existentes;
- c) Disponibilidade de manuais de uso do sistema.

6- Escalabilidade e continuidade:

- a) Capacidade de atender aumento de volume de dados e acessos, especialmente em períodos de entrega de declarações;
- b) Garantia de continuidade dos serviços, mesmo em casos de falhas parciais ou atualização da legislação.

7 – Treinamentos e acompanhamento aos usuários (12 meses):

- a) Atendimento à fiscalização de forma não presencial, em horário comercial das 08:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, por meio síncrono ou assíncrono se o atendimento for realizado no modo assíncrono, a resposta à consulta deverá ocorrer em até 12:00 horas, observado o horário comercial.
- b) Atendimento presencial em horário agendado previamente com o funcionário do município, com regularidade de no mínimo 1 vez a cada 15 (quinze) dias.
- c) Todos os custos relativos às visitas técnicas, como por exemplo deslocamentos, refeições e hospedagens, correrão por conta da contratada.
- d) A empresa deverá manter um canal de atendimento para suporte a decisão análise dos laudos agrônômicos. Emitindo pareceres com informações necessárias para o respaldo do fiscal municipal na decisão.
- e) Atendimento ao produtor rural com orientações e emissão de laudo de valor de terra nua.
- f) Levantar e identificar propriedades que possuem divergências de informações, comparativos com os valores declarados e valores previstos pela aptidão agrícola e localização do imóvel.
- g) Realizar levantamento e cruzamentos dos dados nos diversos cadastros que as propriedades rurais são submetidas como: CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, CAR - Cadastro Ambiental Rural e CAFIR- Cadastro de Imóvel Rural que são sistematizados criando um banco de dados das propriedades rurais do município.
- h) A empresa se responsabiliza pelo envio do Valor de Terra Nua anualmente



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

enquanto durar o contrato e apresentação de laudo de avaliação conforme as normativas da Receita Federal.

i) Durante todo o período de contrato a empresa irá orientar a equipe da Prefeitura para atender todas as exigências da Receita Federal a fim de permanecer com o Convênio do ITR ativo.

j) Treinamento de utilização do software e consultoria para monitoramento de resultados.

k) Trabalho de levantamento de informações dos proprietários bem como as declarações do ITR;

l) Realização de reuniões com contadores;

m) Levantamento do Número de Cadastro Imobiliário Brasileiro - CIB inscritos indevidamente em municípios vizinhos;

n) Apoio na fiscalização e orientação da documentação da malha fiscal.

4. LEVANTAMENTO DE SOLUÇÕES

A análise das alternativas para solucionar as necessidades identificadas pelo Departamento de Tributação e Receita consiste na avaliação das opções tecnológicas e operacionais disponíveis no mercado. Para atender a demanda e resolver o problema apresentado, foram analisadas as seguintes alternativas:

Descrição da solução 1 – AQUISIÇÃO DE SOFTWARE

Nesta alternativa, O SOFTWARE seria adquirido de forma definitiva pela Administração Municipal.

Vantagens e Desvantagens da Solução

VANTAGENS: pagamento único; autonomia no uso da solução; maior controle sobre os dados e infraestrutura.

DESVANTAGENS: alto custo inicial; atualizações e suporte não incluídos automaticamente; maior responsabilidade do município pela infraestrutura tecnológica local e risco de obsolescência tecnológica.

Valor Estimado: Valor estimado de aquisição única: entre R\$ 70.000,00 e R\$ 150.000,00, podendo haver custo adicional anual entre R\$ 10.000,00 e R\$



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

30.000,00 caso se deseje contratar suporte técnico, manutenção ou atualizações futuras

Descrição da solução 2 – LOCAÇÃO DE SOFTWARE

O SOFTWARE pode ser locado por meio de contrato com empresa fornecedora.

Vantagens e Desvantagens da Solução

VANTAGENS: baixo investimento inicial; implantação ágil; atualizações automáticas; suporte técnico contínuo; escalabilidade e flexibilidade.

DESVANTAGENS: pagamento recorrente; solução não é de propriedade do município; dependência do fornecedor; necessidade de internet estável.

Valor Estimado: **Valor estimado mensal de R\$ 6.000,00 e anual em R\$ 72.000,00, considerando** suporte técnico, hospedagem, atualizações, treinamento básico e backups.

Descrição da solução 3 – DESENVOLVIMENTO DO SOFTWARE PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Nesta alternativa, o software seria confeccionado e implantado pelo Departamento de Tecnologia e Informação Municipal.

Vantagens e Desvantagens da Solução

VANTAGENS: Customização total da solução; Independência de fornecedores externos; Facilidade de integração com sistemas já existentes; Controle direto sobre atualizações, segurança e manutenção do sistema.

DESVANTAGENS: Necessidade de equipe técnica qualificada e dedicada, o que pode sobrecarregar o setor de TI e impactar outros projetos da Prefeitura; Prazo de desenvolvimento mais longo, podendo comprometer a adesão aos prazos do convênio com a Receita Federal; Risco de interrupção por rotatividade de servidores ou falta de continuidade administrativa; Elevado custo indireto com alocação de pessoal, equipamentos, testes, correções e manutenções permanentes.

Valor Estimado: O valor estimado pode variar entre **R\$ 120.000,00 a R\$ 250.000,00**, considerando o custo-hora da equipe interna, infraestrutura necessária e tempo de desenvolvimento, sem contar com o custo de oportunidade



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

relacionado ao redirecionamento de recursos humanos.

5. ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES

A partir do levantamento das soluções possíveis, foi realizada uma análise comparativa entre as alternativas consideradas viáveis, com o objetivo de identificar a opção que melhor atenda às necessidades do Departamento de Tributação e Receita e a **solução 2 – LOCAÇÃO DE SOFTWARE**

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Critério	Aquisição de Software	Locação (SaaS)	Desenvolvimento Interno
Investimento inicial	Alto	Baixo	Alto (pessoal e tempo)
Custo recorrente	Baixo	Médio	Alto (manutenção interna)
Tempo de implantação	Médio/Alto	Baixo	Alto
Atualizações incluídas	Não (depende de contrato)	Sim	Não (precisa desenvolver)
Suporte técnico especializado	Opcional	Sim	Não (interno)
Customização	Parcial	Baixa	Total
Dependência do fornecedor	Média	Alta	Baixa
Risco técnico e operacional	Médio	Baixo	Alto
Escalabilidade	Limitada	Alta	Baixa

Após a análise detalhada das alternativas disponíveis, ficou evidente que a Locação do Software é a solução mais adequada para atender às necessidades do Departamento de Tributação e Receita, mantendo equilíbrio entre custo, agilidade, suporte técnico, conformidade legal e baixo risco. Assim, a Administração pode modernizar a gestão do ITR com segurança, sem grandes investimentos iniciais nem necessidade de equipe técnica para desenvolvimento.



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

6. REGISTRO DE SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS

Solução 01: AQUISIÇÃO DE SOFTWARE, a referida a solução oferece um alto custo inicial; necessidade de infraestrutura própria para hospedagem e operação segura do sistema; suporte técnico, atualizações e adequações legais não inclusas, exigindo contratações paralelas ou contínuas; e maior risco de obsolescência tecnológica e dependência de equipe técnica interna para gestão do ambiente.

Solução 03: DESENVOLVIMENTO DO SOFTWARE PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, a solução oferece alto investimento atual; a equipe de TI municipal não dispõe atualmente de profissionais especializados em desenvolvimento de sistemas tributários complexos; alta demanda por outros serviços de TI inviabiliza a dedicação exclusiva ao projeto; o tempo estimado para desenvolvimento e testes é incompatível com os prazos do convênio com a Receita Federal; Ainda o custo indireto com alocação de pessoal, manutenção e riscos de continuidade seria elevado.

Após a análise detalhada, as opções de 01 e 03 foram consideradas inviáveis para atender às necessidades do Departamento de Tributação e Receita pois não garantem a continuidade, a eficiência operacional nem a qualidade exigida para as atividades da arrecadação e gestão do ITR, conforme previsto no Convênio com a Receita Federal, firmado com o município.

7. ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS (TCO)

No contexto da contratação de um software para gestão do ITR, o TCO ajuda a comparar as diferentes alternativas (aquisição, locação, desenvolvimento interno) de forma mais precisa.

Custos de Aquisição

Esta etapa é pertinente à compra de softwares e hardwares, levando em consideração: valor do contrato de compra do software; taxas de implantação setup inicial; equipamentos necessários (computador); tempo gasto em horas de



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

trabalho para realizar pesquisas mercadológicas (relacionadas à escolha de plataformas e fornecedores).

Custos de Implementação

Em geral, essa etapa avalia: treinamento de servidores; integração com a Receita Federal, customização ou parametrizações iniciais; suporte técnico durante o período de implementação; custo de pessoal interno alocado no projeto (hora/homem estimadas).

Custos de manutenção e suporte

Nesta etapa, calcula-se toda a implementação de novos sistemas, funcionalidades, garantias, atualizações, licenças, recursos humanos e fornecedores externos.

Vale ressaltar, ainda, que existe a possibilidade de dividir os custos envolvidos em relação à natureza das operações. Ou seja, caso os custos sejam de ordem direta ou indireta.

Dado esse contexto, divide-se da seguinte forma:

Custos Diretos

O aspecto mais marcante desse tipo de custo é que é possível quantificá-lo. Portanto, essa categoria envolve: suporte técnico; atualização do sistema; renovação de licença; hospedagem.

Custos Indiretos

Em geral os custos indiretos são backup e segurança da informação; troca de equipamentos ou reconfiguração; custo de servidores ou pessoal de TI envolvido na operação.

A solução mais viável sempre será a mesma em todos os tópicos, aqui não deve ver viável as soluções consideradas inviáveis no item 10, para não se contradizer.

Portanto, A SOLUÇÃO (Locação de software) é a solução mais eficiente, econômica e sustentável, alinhada aos princípios da administração pública e aos objetivos de longo prazo do Departamento de Tributação e Receita por exigir baixo investimento inicial, ter rápida implantação e incluir suporte e atualizações com risco operacional muito reduzido.



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

8. DEMAIS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO DE TIC

Licença de Uso: A contratação compreenderá a cessão de direito de uso (licença) do software em modelo SaaS (Software como Serviço), por tempo determinado, com acesso remoto via navegador, sem necessidade de instalação local. A licença incluirá acesso pleno a todos os módulos contratados, sem limitações de usuários internos e com garantia de disponibilidade mínima de 99,5% (SLA mensal).

Atualizações (adaptativa, corretiva e evolutiva): Atualizações adaptativas: ajustes decorrentes de mudanças na legislação tributária e fiscal; Atualizações corretivas: resolução de erros, falhas técnicas ou de segurança identificadas durante a vigência; e Atualizações evolutivas: melhorias contínuas no sistema e inserção de novas funcionalidades, sem custos adicionais para o contratante.

Diagnóstico para elaboração conjunta do cronograma de implantações: O fornecedor deverá realizar, no início da execução contratual, um diagnóstico técnico-operacional, a fim de compreender os fluxos atuais, as estruturas já existentes e as necessidades específicas do município. Com base nesse levantamento, deverá ser elaborado um cronograma detalhado de implantação, homologado conjuntamente com a equipe técnica do contratante

Suporte e atendimento técnico: O contratado deverá prestar suporte técnico remoto (nível 1 e 2), em horário comercial, com atendimento por e-mail, telefone e/ou sistema de chamados. Problemas críticos deverão ter tempo de resposta inicial de até 4 horas úteis. O atendimento deverá abranger dúvidas de operação, resolução de falhas, erros sistêmicos e orientações para uso da solução.

Capacitação: Treinamento remoto (ou presencial, se acordado) para 01 servidor responsável pelo ITR no município e deverá disponibilizar material didático.

Requisitos Legais:

Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2001, Decreto 10.024, de 20 de setembro



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

de 2019, e a outras legislações aplicáveis;

Atendimento às Legislações Municipais, Estaduais e Federais

O software deve estar alinhado com as normas sanitárias, ambientais e legais específicas da gestão de cemitérios.

Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

Garantia de confidencialidade e segurança no tratamento de dados pessoais.

Consentimento informado para coleta e uso de informações sensíveis.

O sistema deve possibilitar a emissão e gerenciamento de documentos conforme as disposições legais referentes à legitimação da posse e usucapião de bens imóveis, quando aplicável.

Segurança da Informação

Controle de Acesso

Perfis de usuários com permissões específicas.

Registro de atividades para auditoria e conformidade.

Proteção de Dados

Criptografia de dados sensíveis.

Hospedagem Segura

Se em nuvem, garantia de que os servidores estejam em data centers certificados e preferencialmente em território nacional.

Requisitos de Manutenção:

Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções (corretivas/preventivas/adaptativa/evolutiva) pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades;

Suporte Técnico Dedicado

Atendimento ágil para resolução de problemas.

Canais de comunicação eficientes, como chat em tempo real, e-mail e telefone.

Atualizações Regulares

Evolução contínua do software com melhorias e correções.

Treinamento e Capacitação

Oferecimento de treinamentos para os funcionários.

Disponibilização de materiais didáticos e manuais de uso.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

() SIM

(x) NÃO

9. JUSTIFICATIVAS

(Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Qualificação Técnica:

Demonstrar que os licitantes possuem a experiência e a competência necessárias para executar o objeto da licitação, garantindo um resultado de qualidade, reduzindo riscos durante a execução do contrato, como atrasos e não conformidades.

A garantia de que o licitante tem a capacidade de executar o contrato com eficiência e eficácia, otimizando os recursos públicos.

Qualificação Econômico-Financeira:

Garantir que os licitantes tenham uma situação financeira estável e saudável, capaz de suportar os custos e responsabilidades do contrato, demonstrando que a empresa tem capacidade de cumprir suas obrigações financeiras, como pagamento de fornecedores, salários e impostos, evitando inadimplência.

Evitando riscos de falência ou dificuldades financeiras, que possam comprometer a execução do contrato e o interesse da administração pública.

10. ESTIMATIVA DA DEMANDA – QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS

Estima-se que é necessário a implantação do software no período para 12



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

meses, no valor de R\$ 6.000,00 mensal, totalizando R\$ 72.000,00 anual, com base no orçamento fornecido pela Empresa Convicta, com possibilidade de prorrogação conforme art. 114 da lei 14.33/2021.

11. ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

ITEM	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Contratação de Empresa Especializada para Fornecimento de Sistema de Gestão de Processos referentes ao ITR (Imposto Territorial Rural), no município de Dois Vizinhos incluindo informações Geográficas, informações aos Usuários, Levantamento do VTN (Valor da Terra Nua) Anual e Atualizações do Sistema Implantado, com Suporte Técnico Presencial.	12	R\$ 6.000,00	R\$ 72.000,00
Custo Total Estimado		R\$ 72.000,00	

12. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA

A solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) a ser contratada é a locação de software para gestão do ITR no modelo SaaS (Software como Serviço), com acesso via web, hospedagem em nuvem, suporte técnico contínuo e atualizações automáticas incluídas.

A solução contempla o fornecimento de um sistema especializado para o processamento, gestão, fiscalização e controle do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), viabilizando o atendimento às exigências técnicas e operacionais previstas nos convênios firmados com a Receita Federal do Brasil.

Após a análise detalhada das alternativas disponíveis, ficou evidente que **LOCAÇÃO DE SOFTWARE** é a solução mais adequada para atender às necessidades do Departamento de Tributação e Receita. Essa opção se destaca por uma série de vantagens, que tornam o investimento vantajoso no longo prazo.

A **locação de software (SaaS)** foi a alternativa selecionada após análise técnica



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

e comparativa das opções levantadas no Estudo Técnico Preliminar, com base em critérios de economicidade, viabilidade técnica, escalabilidade, menor risco de implementação e melhor relação custo-benefício.

Dessa forma, a solução se configura como a escolha mais eficiente, econômica e sustentável, alinhada aos princípios de transparência e responsabilidade da Administração pública e atendendo de forma eficaz ao interesse coletivo.

13. JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

O Departamento de Tributação e Receita optou pela solução de locar um software como a solução mais adequada para atender às necessidades de gestão do ITR. Essa decisão foi tomada após uma análise cuidadosa das alternativas disponíveis, considerando a eficiência operacional, o atendimento às necessidades técnicas, os benefícios de custo a longo prazo e a natureza permanente da solução.

14. DO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO DECORRENTE DE ASPECTOS TÉCNICOS

A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no inciso V, alínea "b" do art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja tecnicamente viável e economicamente vantajosa e não represente perda de economia de escala. No presente caso, não é ideal que se parcele os serviços (software, suporte técnico e capacitação), vez que aumentaria os custos da contratação ao se pagar de empresas distintas, realizar treinamentos, gerenciar e fiscalizar mais de um contrato e realizar mais de um processo licitatório.

Além do prejuízo a economia de escala, também se poderia perder eficiência e simplificação na realização das tarefas. Ademais, a oferta do software, juntamente com o suporte técnico e a capacitação não restringe a ampla concorrência, vez que os serviços na forma descrita neste ETP são conexos, compatíveis e se amoldam perfeitamente ao objeto da contratação.

Dessa forma, A contratação dos serviços será realizada com parcelamento



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

mensal, tendo em vista a natureza continuada das atividades a serem prestadas, que envolvem acompanhamento permanente das declarações do Imposto Territorial Rural (ITR), suporte técnico, atualizações constantes do sistema, assessoramento contínuo à equipe municipal, realização de análises fiscais, expedição de documentos e orientações aos contribuintes.

O Objeto deste Estudo Técnico se enquadra no regime do SIMPLES Nacional (art. 17, §1º, da Lei Complementar 123/2006), facilitando a participação das pequenas empresas.

15. JUSTIFICATIVA ECONÔMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

Do ponto de vista econômico, a solução de locação de software se apresenta como a solução mais vantajosa a longo prazo, conforme evidenciado na tabela abaixo.

Alternativa	Custo Inicial (R\$)	Custo em 3 Anos (R\$)	Manutenção Após Garantia
Solução 01	Elevado	Alto	Não (planejada)
Solução 02	Baixo	Reduzido	Incluso
Solução 03	Alto	Elevado (ineficiência)	Não

Como demonstrado na análise, a solução 02 proporciona um maior retorno sobre o investimento e menor custo total ao longo do médio e longo prazo, assegurando que os recursos públicos sejam aplicados de maneira eficiente, sustentável e duradoura.

16. ANÁLISE DOS RISCOS

(art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Identificação do Risco	Categoria	Probabilidade	Impacto	Plano de Mitigação / Tratamento
Desistência ou	Licitação	Média	Alta	Realizar ampla pesquisa de



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

Identificação do Risco	Categoria	Probabilidade	Impacto	Plano de Mitigação / Tratamento
Inabilitação de licitantes				mercado e elaborar edital claro, com exigências proporcionais. Divulgar com antecedência mínima.
Fornecimento de solução incompatível com a necessidade municipal	Técnico / Execução	Baixa	Alta	Incluir requisitos funcionais e não funcionais bem definidos no Termo de Referência. Exigir protótipo ou demonstração.
Interrupção ou falha na prestação do serviço durante a vigência contratual	Execução / Continuidade	Média	Alta	Prever cláusulas de penalidade e SLA (Acordo de Nível de Serviço). Monitoramento contínuo e reuniões periódicas com o fornecedor.
Não conformidade com a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados)	Legal / Segurança da Informação	Baixa	Alta	Exigir do fornecedor comprovação de conformidade com a LGPD. Prever cláusulas de responsabilidade e sigilo.

17. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

A contratação da solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), por meio da locação de software (SaaS) especializado na gestão do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), tem como objetivo principal proporcionar maior eficiência, controle e transparência na arrecadação tributária municipal, gerando impactos positivos para a administração pública e para os contribuintes.

18. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

(art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal(is) e suplente(s) designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Não há necessidade de providências específicas. O gestor e fiscal designados para o contrato são conhecedores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Dione Luiz da Silva
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Sandra Maria Nicaretta
Fiscal Técnico:	
Suplentes:	Lucas Ubiali

19. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL

(art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e rejeitos, quando aplicável;

A contratação dos serviços especializados de assessoria, fiscalização e apoio à gestão do Imposto Territorial Rural (ITR) pelo município apresenta impacto ambiental mínimo, uma vez que se trata de um serviço predominantemente intelectual, digital e remoto, com baixa geração de resíduos físicos.

Ainda assim, serão observadas boas práticas de sustentabilidade e consumo consciente, priorizando o uso de ferramentas tecnológicas e sistemas em ambiente virtual, reduzindo a necessidade de impressões e o consumo de papel. Sempre que houver necessidade de utilização de equipamentos eletrônicos, deverão ser priorizados aqueles com certificação de eficiência energética e baixo consumo de energia.

Os servidores públicos envolvidos na execução e fiscalização contratual também serão orientados a adotar práticas sustentáveis no uso dos recursos



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

materiais e na gestão documental digital. No que tange à logística reversa, em caso de descarte de materiais físicos, como equipamentos, acessórios ou documentos impressos não reutilizáveis, será adotado o procedimento de descarte responsável e reciclagem, conforme a legislação ambiental vigente e programas de coleta seletiva municipal.

Dessa forma, a administração municipal busca assegurar que a execução do contrato esteja alinhada aos princípios da responsabilidade ambiental e da sustentabilidade.

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

Preferência por produtos de baixo impacto ambiental;

Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (Lei nº 12.305/2010);

Preferência para produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Lei nº 12.305/2010);

Aquisição de produtos e equipamentos duráveis, reparáveis e que possam ser aperfeiçoados;

Opção gradativa por produtos mais sustentáveis, com estabelecimento de metas crescentes de aquisição, observando-se a viabilidade econômica e a oferta no mercado, com razoabilidade e proporcionalidade;

Adoção de procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos;

Observância às normas técnicas, elaboradas pela ABNT, para aferição e garantia da aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados; e



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

Conformidade dos produtos, insumos e serviços com os regulamentos técnicos pertinentes em vigor expedidos pelo Conmetro/Inmetro de forma a assegurar aspectos relativos à saúde, à segurança, ao meio ambiente ou à proteção do consumidor e da concorrência justa (Lei nº 9.933/1999).

Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Estar em conformidade com costumes, idiomas e ao meio ambiente, dentre outros, observando-se, inclusive, no que couber, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, e suas atualizações, elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade da Controladoria Geral da União/Advocacia Geral da União.

20. ALINHAMENTO COM O PAC

(art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021) demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

Contratação de Empresa Especializada para Fornecimento de Sistema de Gestão de Processos referentes ao ITR (Imposto Territorial Rural), no município de Dois Vizinhos incluindo informações Geográficas, informações aos Usuários, Levantamento do VTN (Valor da Terra Nua) Anual e Atualizações do Sistema Implantado, com Suporte Técnico Presencial.

A referida contratação não está prevista, em razão de alteração de nomeação do cargo de direção do Departamento de Tributação e Receita e ainda pela vigência do Contrato nº 052/2021, o qual se encerrou em abril de 2025, não podendo ser mais prorrogado.

21. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

- (x) Global
- () Lote(s) de Itens
- () Por Itens

22. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- (X) Bens e serviços comuns



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

- () Bens e serviços especiais
- () Serviço comum de engenharia
- () Serviço especial de Engenharia

Serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital. O sistema de gestão do ITR é padrão e facilmente encontrado no mercado.

- (x) Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
- () Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
- () Serviços não contínuos ou contratados por escopo
- () Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

O fornecimento do software de gestão, o qual possui georreferenciamento das áreas caracteriza-se como contínuo por sua natureza regular, permanente e reiterada ao longo do exercício.

23. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não será exigida garantia de contratação, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar do fornecimento de bens comuns padronizados, com risco contratual considerado baixo.

24. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante das informações supra, concluímos pela viabilidade e necessidade da contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria, fiscalização e apoio à gestão do Imposto Territorial Rural (ITR) revelam-se plenamente adequada para o atendimento das necessidades do município. Trata-se de medida necessária para garantir o correto lançamento e cobrança do tributo, o aumento da arrecadação própria e a regularidade do cumprimento das obrigações previstas no convênio firmado com a Receita Federal.

Além de atender à legislação vigente, a contratação proporciona a



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

modernização dos processos fiscais, a utilização de tecnologias de georreferenciamento, a atualização do Valor da Terra Nua (VTN) e a capacitação dos servidores municipais, resultando em maior eficiência, segurança jurídica e justiça fiscal.

A contratação, estruturada em modelo de pagamento mensal condicionado à prestação efetiva dos serviços, demonstra viabilidade técnica e econômica, permitindo ao município alcançar seus objetivos de forma responsável, transparente e sustentável. Dessa forma, a contratação proposta é não apenas adequada, mas também estratégica e indispensável para o fortalecimento da gestão tributária, o incremento da receita pública e o desenvolvimento local.

25. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC

(Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

- ☒ (x) Pregão, ☐ () Tradicional ☐ () SRP
- ☐ () Concorrência, ☐ () Tradicional ☐ () SRP
- ☐ () Concurso
- ☐ () Leilão
- ☐ () Dialogo Competitivo

Procedimentos auxiliares

- ☐ () Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento)
- ☐ () Pré-Qualificação
- ☐ () Procedimento de Manifestação de Interesse

Contratação Direta:

- ☐ () Dispensa ☐ () com disputa ☐ () sem disputa



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

☐ Inexigibilidade de licitação.

Critério de julgamento:

- ☒ menor preço
☐ melhor técnica ou conteúdo artístico
☐ técnica e preço
☐ maior retorno econômico
☐ maior desconto
☐ maior lance

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

- ☒ Aberto
☐ Fechado
☐ Aberto e Fechado
☐ Fechado e Aberto

Caráter do orçamento estimado SIGILOS

- ☐ SIM
☒ NÃO

26. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

- ☒ Recursos Próprios
☐ Recursos Estaduais
☐ Recursos Federais

27. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A contratação é tecnicamente viável e atenderá às demandas identificadas com impacto direto na qualidade dos serviços ofertados pelo Departamento de Tributação e Receita para efetiva arrecadação do ITR, de acordo com o Convênio firmado com a Receita Federal.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

28. RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Servidor responsável pela confecção do ETP: Jaqueline Martinez de Oliva

Dois Vizinhos, 21 de julho de 2025.

Elaborado pelo Departamento de Tributação e Receita



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 373D-ED9E-C721-02BE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JAQUELINE DE OLIVA (CPF 003.XXX.XXX-55) em 15/09/2025 15:10:15 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



LUCAS UBIALI (CPF 049.XXX.XXX-82) em 15/09/2025 15:17:42 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



SANDRA MARIA NICARETTA (CPF 601.XXX.XXX-87) em 15/09/2025 15:52:59 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/373D-ED9E-C721-02BE>